

Colégio

Sala

Ordem



## Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região

### Técnico Judiciário – Área Administrativa (Pós-Edital)

Nome do Candidato

Nº de Inscrição

Nº do Caderno

Nº do Documento

ASSINATURA DO CANDIDATO

## 2º SIMULADO

Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva a frase ao lado, com sua caligrafia usual, no espaço apropriado na Folha de Respostas.

Eu sou imparável!

- Verifique se este caderno:
- corresponde a sua opção de cargo.
- contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

### VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo.
- Ler o que se pede na Prova Discursiva-Estudo de Caso e utilizar, se necessário, os espaços para rascunho.

### ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta ou azul. Não será permitida a utilização de lápis, lapiseira, marca texto, régua ou borracha durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão. Será anulada a questão em que mais de uma letra estiver assinalada.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida nenhuma espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou qualquer anotação.
- Em hipótese algum os rascunhos da Prova Discursiva-Estudo de Caso serão corrigidos.
- Você deverá transcrever sua Prova Discursiva-Estudo de Caso, a tinta, na folha apropriada.
- A duração da prova é de 4 horas para responder a todas as questões objetivas, preencher a Folha de Respostas e fazer a Prova Discursiva-Estudo de Caso (rascunho e transcrição) na folha correspondente.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido.
- É proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.



## FOLHA DE ROSTO ORIENTATIVA PARA PROVA OBJETIVA

LEIA AS ORIENTAÇÕES COM CALMA E ATENÇÃO!

### INSTRUÇÕES GERAIS

- Atenção ao tempo de duração da prova, que já inclui o preenchimento da folha de respostas.
- Cada uma das questões da prova objetiva está vinculada ao comando que imediatamente a antecede e contém orientação necessária para resposta. Para cada questão, existe apenas UMA resposta válida e de acordo com o gabarito.
- Faltando uma hora para o término do simulado, você receberá um *e-mail* para preencher o cartão-resposta, a fim de avaliar sua posição no *ranking*. Basta clicar no botão vermelho de PREENCHER GABARITO, que estará no *e-mail*, ou acessar a página de *download* da prova. Você deve fazer o cadastro em nossa plataforma para participar do *ranking*. Não se preocupe: o cadastro é grátis e muito simples de ser realizado.
  - **Se a sua prova for estilo Certo ou Errado (CESPE/CEBRASPE):**  
marque o campo designado com o código C, caso julgue o item CERTO; ou o campo designado com o código E, caso julgue o item ERRADO. Se optar por não responder a uma determinada questão, marque o campo “EM BRANCO”. Lembrando que, neste estilo de banca, uma resposta errada anula uma resposta certa.  
Obs.: se não houver sinalização quanto à prova ser estilo Cespe/Cebraspe, apesar de ser no estilo CERTO e ERRADO, você não terá questões anuladas no cartão-resposta em caso de respostas erradas.
  - **Se a sua prova for estilo Múltipla Escolha:**  
marque o campo designado com a letra da alternativa escolhida (A, B, C, D ou E). É preciso responder a todas as questões, pois o sistema não permite o envio do cartão com respostas em branco.
- Uma hora após o encerramento do prazo para preencher o cartão-resposta, você receberá um *e-mail* com o gabarito para conferir seus acertos e erros. Caso você seja aluno da Assinatura Ilimitada, você receberá, com o gabarito, a prova completa comentada – uma vantagem exclusiva para assinantes, com acesso apenas pelo *e-mail* e pelo ambiente do aluno.
- Não serão realizadas correções individuais das provas discursivas.

Em caso de solicitação de recurso para alguma questão, envie para o *e-mail*:

[treinodifícil\\_jogofácil@grancursosonline.com.br](mailto:treinodifícil_jogofácil@grancursosonline.com.br).

Nossa ouvidoria terá até dois dias úteis para responder à solicitação.

Desejamos uma excelente prova!



## FICHA TÉCNICA DO MATERIAL

grancursosonline.com.br

**CÓDIGO:**

2501103784M

**TIPO DE MATERIAL:**

Simulado Preparatório

**NUMERAÇÃO:**

2º Simulado

**NOME DO ÓRGÃO:**

Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região

TRT 15ª Região

**CARGO:**

Técnico Judiciário – Área Administrativa

**ÁREA:**

Administrativa

**MODELO/BANCA:**

FCC – Fundação Carlos Chagas

**EDITAL:**

(Pós-Edital)

**DATA DE APLICAÇÃO:**

01/2025

**ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO:**

01/2025

*Este material está sujeito a atualizações. O Gran não se responsabiliza por custos de impressão, que deve ser realizada sob responsabilidade exclusiva do aluno.*

**LÍNGUA PORTUGUESA****Letícia Bastos**

1 Investir em educação na primeira infância representa, além de vantagens para o desenvolvimento individual, retorno social e econômico. O economista norte-americano James Heckman, um dos ganhadores do prêmio Nobel na área econômica no ano 2000, conduziu pesquisa que acompanhou, ao longo do tempo, várias crianças com e sem acesso a ensino de qualidade. O objetivo era conferir os impactos da educação no curto, no médio e no longo prazo.

5 “Os resultados desse trabalho mostram que cada dólar investido traz um retorno social de sete dólares”, aponta Karina Fasson, da Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, organização da sociedade civil que trabalha pela causa da primeira infância. Ela afirma que “as ações educativas voltadas para o começo da vida têm o poder de minimizar a carga que as demais políticas públicas carregam”. Isso quer dizer que investir em educação na primeira infância é uma estratégia eficaz para reduzir os custos sociais no futuro.

10 Segundo Fasson, quando se pensa em políticas públicas, o retorno é mais significativo na fase pré-escolar que em qualquer outra etapa da vida. “No longo prazo, quem é mais estimulado tem maior aprendizado e maior progressão escolar, e isso tem reflexos na inserção no mercado de trabalho e nos salários, além de favorecer menor envolvimento em situações de vulnerabilidade, como a criminalidade e o uso de drogas, e tem consequências também na saúde das pessoas”, ressalta. Tudo isso, a especialista afirma, não só tem efeito na trajetória educacional, mas também repercute ao longo da vida do indivíduo e impacta a sociedade como um todo.

Internet: &lt;novaescola.org.br&gt; (com adaptações).

1. A respeito do impacto social e econômico do investimento na educação na primeira infância, é correto afirmar que:
  - (A) A pesquisa conduzida por James Heckman concluiu que os retornos financeiros do investimento em educação na primeira infância se limitam ao aumento da progressão escolar e do aprendizado.
  - (B) A Fundação Maria Cecília Souto Vidigal enfatiza que a principal vantagem de investir em educação na primeira infância está na redução imediata dos custos com saúde pública.
  - (C) Karina Fasson destaca que o impacto das políticas públicas voltadas para a primeira infância repercute em várias dimensões da vida dos indivíduos, como educação, saúde e trabalho.
  - (D) Os resultados do estudo de James Heckman indicam que o retorno do investimento na primeira infância é equivalente ao dobro do valor investido, refletindo benefícios econômicos restritos ao indivíduo.
  - (E) Segundo o texto, o envolvimento em vulnerabilidades sociais, como o uso de drogas e a criminalidade, não apresenta relação direta com o estímulo recebido na pré-escola.
2. Com base no texto, identifique a alternativa que reflete corretamente as ideias apresentadas sobre os impactos de investir em educação na primeira infância:
  - (A) O investimento na primeira infância é destacado como uma estratégia eficaz para reduzir custos sociais futuros, promovendo benefícios em múltiplas dimensões da vida dos indivíduos e da sociedade.
  - (B) A pesquisa de James Heckman concluiu que o retorno financeiro do investimento em educação na primeira infância é limitado a sete vezes o valor investido, não havendo impacto no mercado de trabalho.
  - (C) A especialista Karina Fasson defende que os benefícios das ações voltadas para a educação infantil se restringem à trajetória educacional dos indivíduos, sem reflexos em outras áreas.
  - (D) A falta de estímulos na primeira infância é apontada como responsável exclusivamente pelos baixos salários e pela dificuldade de inserção no mercado de trabalho.
  - (E) Segundo o texto, os resultados do investimento na educação na primeira infância são evidenciados somente no curto prazo, sem efeitos duradouros ao longo da vida.
3. Com base no texto apresentado, analise a tipologia textual e o gênero ao qual ele pertence. Assinale a alternativa que identifica corretamente suas características principais:
  - (A) Trata-se de um texto narrativo que descreve as experiências pessoais do autor com a educação infantil, utilizando uma perspectiva subjetiva.
  - (B) O texto configura-se como uma carta argumentativa, destinada a sensibilizar autoridades políticas sobre a importância da educação infantil.
  - (C) É um relato descritivo, com o objetivo principal de informar o leitor sobre os métodos de pesquisa utilizados por James Heckman.
  - (D) O texto caracteriza-se como uma notícia jornalística com foco em dados técnicos, destinada à divulgação de descobertas científicas recentes.
  - (E) Trata-se de um texto dissertativo-argumentativo que apresenta informações sobre um tema social relevante, articulando dados e opiniões especializadas para defender um ponto de vista.

4. No trecho: “as *ações educativas* voltadas para o começo da vida têm o poder de minimizar a carga que as demais políticas públicas carregam”, a palavra “**educativas**” pertence à classe gramatical de:
- (A) Substantivo, pois designa algo concreto relacionado às ações.
  - (B) Adjetivo, pois caracteriza as ações mencionadas no enunciado.
  - (C) Advérbio, pois modifica o verbo “minimizar”, indicando modo.
  - (D) Pronome, pois estabelece uma relação de posse com o termo “ações”.
  - (E) Conjunção, pois estabelece ligação entre orações no período.
5. No trecho: “*Isso quer dizer que investir em educação na primeira infância é uma estratégia eficaz para reduzir os custos sociais no futuro*”, o termo “**para reduzir os custos sociais no futuro**” exerce a função de:
- (A) Objeto direto, pois complementa o verbo “quer dizer” sem preposição.
  - (B) Predicativo do sujeito, pois atribui uma qualidade ao sujeito implícito da oração.
  - (C) Adjunto adnominal, pois especifica um substantivo presente na oração.
  - (D) Complemento nominal, pois completa o sentido de um nome com preposição.
  - (E) Adjunto adverbial, pois indica finalidade no contexto da oração.
6. No trecho: “*Os resultados desse trabalho mostram que cada dólar investido traz um retorno social de sete dólares*”, o termo “**de sete dólares**” exerce a função de:
- (A) Complemento nominal, pois completa o sentido do nome “retorno”.
  - (B) Adjunto adnominal, pois caracteriza o nome “retorno” indicando sua especificação.
  - (C) Adjunto adverbial, pois expressa uma circunstância de quantidade associada ao nome.
  - (D) Predicativo do sujeito, pois atribui uma característica ao termo “dólar”.
  - (E) Objeto indireto, pois completa a ideia do verbo com o uso de uma preposição.
7. No trecho: “*Isso reforça que a interrupção da hormonioterapia em mulheres com câncer de mama em estágio inicial e receptores hormonais positivos não prejudica a taxa de cura*”, a expressão “**reforça**” está empregada no sentido de:
- (A) Confirmar, evidenciando uma afirmação ou ideia.
  - (B) Contrariar, apresentando um ponto de vista oposto.
  - (C) Contextualizar, inserindo a ideia em um panorama mais amplo.
  - (D) Distinguir, separando elementos que poderiam ser confundidos.
  - (E) Completar, adicionando informações previamente omitidas.
8. No trecho: “*Os resultados desse trabalho mostram que cada dólar investido traz um retorno social de sete dólares*”, aponta Karina Fasson, da Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, o uso das vírgulas está correto porque:
- (A) Indica uma pausa enfática antes e depois do nome da instituição mencionada.
  - (B) Delimita um aposto explicativo, fornecendo uma informação adicional sobre a frase anterior.
  - (C) Separa elementos que desempenham a mesma função sintática, garantindo clareza à frase.
  - (D) Isola o aposto “da Fundação Maria Cecília Souto Vidigal”, que especifica o nome da organização a qual Karina Fasson está vinculada.
  - (E) Marca uma relação de causa entre as ideias do trecho, estabelecendo uma justificativa para a informação apresentada.
9. No trecho: “*Isso quer dizer que investir em educação na primeira infância é uma estratégia eficaz para reduzir os custos sociais no futuro*”, o elemento coesivo “*isso*” desempenha a função de:
- (A) Introduzir uma ideia nova que será desenvolvida a seguir.
  - (B) Estabelecer uma relação conclusiva com o parágrafo anterior.
  - (C) Criar uma ligação explicativa entre duas informações dentro do mesmo parágrafo.
  - (D) Retomar a ideia mencionada anteriormente, reafirmando o impacto do investimento na educação infantil.
  - (E) Marcar uma oposição entre a ideia central do texto e as informações subsequentes.
10. No período “*Os resultados desse trabalho mostram que cada dólar investido traz um retorno social de sete dólares, à medida que ações educativas minimizam a carga das demais políticas públicas*”, a oração subordinada adverbial destacada expressa a ideia de:
- (A) Proporção, indicando uma relação entre o retorno social e as ações educativas.
  - (B) Causa, explicando o motivo do retorno social ser elevado.
  - (C) Consequência, mostrando o impacto do investimento na educação infantil.
  - (D) Condição, sugerindo um cenário necessário para o retorno social.
  - (E) Concessão, indicando uma restrição ao retorno social mencionado.

**RACIOCÍNIO LÓGICO MATEMÁTICO**  
**Diego Ribeiro**

11. Três amigos, Ana, Beatriz e Carlos, decidiram competir para ver quem completava mais atividades ao longo da semana.

Sabe-se que:

1. Ana completou mais atividades do que Beatriz.
2. Carlos completou menos atividades do que Ana, mas mais do que Beatriz.
3. A diferença entre o número de atividades realizadas por Ana e Carlos foi igual à diferença entre Carlos e Beatriz.

Quantas atividades Carlos completou, se juntos fizeram 36 atividades?

- (A) 12
  - (B) 14
  - (C) 16
  - (D) 18
  - (E) 15
12. Um investidor possui um capital total de R\$ 15.000, que decidiu investir em três fundos (A, B e C), em proporção direta de 3:4:5, respectivamente. Quanto foi investido no Fundo C?
- (A) R\$ 3.000
  - (B) R\$ 5.000
  - (C) R\$ 6.250
  - (D) R\$ 7.500
  - (E) R\$ 9.000
13. Após aplicar um desconto sucessivo de 10% e 20% sobre o valor original de R\$ 500, qual foi o valor final pago pelo produto?
- (A) R\$ 300
  - (B) R\$ 320
  - (C) R\$ 340
  - (D) R\$ 360
  - (E) R\$ 400
14. Em uma família, João é irmão de Diego que é pai de Carlos, que é casado com Marta com quem tem Ana e Pedro como filhos. Quem é avô de Ana?
- (A) Carlos
  - (B) João
  - (C) Pedro
  - (D) Diego
  - (E) Nenhum dos anteriores

**NOÇÕES SOBRE DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA****Rafael de Oliveira**

15. A pessoa com deficiência tem direito a receber atendimento prioritário, sobretudo com algumas finalidades. Assinale a alternativa em desacordo com a lei:
- (A) Proteção e socorro em determinadas circunstâncias.
  - (B) Atendimento em todas as instituições e serviços de atendimento ao público.
  - (C) Disponibilização de recursos, tanto humanos quanto tecnológicos, que garantam atendimento em igualdade de condições com as demais pessoas.
  - (D) Disponibilização de pontos de parada, estações e terminais acessíveis de transporte coletivo de passageiros e garantia de segurança no embarque e no desembarque.
  - (E) Acesso a informações e disponibilização de recursos de comunicação acessíveis.
16. Ainda sobre a Lei n. 13.146/2015, assinale a alternativa incorreta:
- I. Compete ao poder público garantir a dignidade da pessoa com deficiência ao longo de toda a vida.
  - II. Em situações de risco, emergência ou estado de calamidade pública, a pessoa com deficiência será considerada vulnerável, devendo o poder público adotar medidas para sua proteção e segurança.
  - III. A pessoa com deficiência poderá ser obrigada a se submeter a intervenção clínica ou cirúrgica, a tratamento ou a institucionalização forçada.
- (A) Somente o item I está correto.
  - (B) Somente o item II está correto.
  - (C) Somente os itens I e II estão corretos.
  - (D) Nenhum está correto.
  - (E) Todos estão corretos.
17. Sobre a Lei n. 8.160/1991, assinale a alternativa incorreta:
- (A) É obrigatória a colocação, de forma visível, do "Símbolo Internacional de Surdez" em todos os locais que possibilitem acesso, circulação e utilização por pessoas portadoras de deficiência auditiva, e em todos os serviços que forem postos à sua disposição ou que possibilitem o seu uso.
  - (B) O "Símbolo Internacional de Surdez" deverá ser colocado, obrigatoriamente, em local visível ao público, não sendo permitida nenhuma modificação ou adição ao desenho reproduzido no anexo a esta lei.
  - (C) É proibida a utilização do "Símbolo Internacional de Surdez" para finalidade outra que não seja a de identificar, assinalar ou indicar local ou serviço habilitado ao uso de pessoas portadoras de deficiência auditiva.
  - (D) O disposto no caput (letra a) deste artigo se aplica à reprodução do símbolo em publicações e outros meios de comunicação relevantes para os interesses do deficiente auditivo, a exemplo de adesivos específicos para veículos por ele conduzidos.
  - (E) O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de noventa dias, a contar de sua vigência.
18. Sobre a Lei n. 11.126/2005, assinale a alternativa correta:
- I. É assegurado à pessoa com deficiência visual acompanhada de cão-guia o direito de ingressar e de permanecer com o animal em todos os meios de transporte e em estabelecimentos abertos ao público, de uso público e privados de uso coletivo, desde que observadas as condições impostas por esta Lei.
  - II. A deficiência visual referida no caput deste artigo restringe-se à cegueira e à baixa visão.
  - III. O disposto no caput deste artigo (item I) aplica-se a todas as modalidades e jurisdições do serviço de transporte coletivo de passageiros, inclusive em esfera internacional com origem no território brasileiro.
- (A) Somente o item I está correto.
  - (B) Somente o item II está correto.
  - (C) Somente os itens I e III estão corretos.
  - (D) Nenhum está correto.
  - (E) Todos estão corretos.

**CÓDIGO DE ÉTICA DO TRT 15**  
**Glauber Marinho**

19. Considerando os dispositivos do Código de Ética do TRT 15, assinale a alternativa correta:
- (A) A Comissão de Ética não figura como uma instância de consultiva, apenas deliberativa, a respeito das questões de natureza ética.
  - (B) Quando da posse, o/a servidor/a deverá ser cientificado sobre a vigência do Código. Assim, assumirá o compromisso formal de observá-lo.
  - (C) Não estão submetidos/as ao Código os/as cedidos/as ao TRT 15 por outros órgãos públicos.
  - (D) Tem por objetivo tornar implícitos os princípios e normas éticos que regem a conduta dos servidores e a ação institucional.
  - (E) O Código estabelece princípios e normas de conduta ética aplicáveis a servidores/as, sem a necessidade da observância de demais deveres e proibições legais e regulamentares.
20. De acordo com o Código de Ética do TRT 15, são princípios e valores fundamentais de observância por servidores/as da Casa, no exercício das atividades funcionais, exceto:
- (A) A legalidade, a impessoalidade, a moralidade.
  - (B) A qualidade e a equidade dos serviços públicos.
  - (C) A ética – agir com honestidade, integridade e imparcialidade em todas as ações.
  - (D) A responsabilidade social e ambiental – promover ações voltadas, subsidiariamente, à sustentabilidade e à preservação do meio ambiente.
  - (E) A eficiência e a efetividade – realizar ações com qualidade e eficiência de modo a cumprir sua função institucional.
21. "Estabelecer interlocução livre com colegas e superiores, podendo expor ideias, pensamentos e opiniões", conforme o Código de Ética dos Servidores do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, consta da norma como
- (A) um valor do Código.
  - (B) um objetivo do Código.
  - (C) um princípio do Código.
  - (D) um dever de servidores/as.
  - (E) um direito servidores/as.
22. O processo de apuração de prática de ato em desrespeito ao preceituado no Código de Ética será instaurado, de ofício ou em razão de denúncia fundamentada, respeitando-se sempre as garantias do contraditório e da ampla defesa pela Comissão de Ética, conforme o Código de Ética do TRT 15. A esse respeito, a pessoa investigada terá de formalizar sua defesa prévia, no prazo de
- (A) 10 dias, contados da notificação.
  - (B) 10 dias, independentemente da notificação.
  - (C) 5 dias, contados da notificação.
  - (D) 15 dias, contados da notificação.
  - (E) 15 dias, independentemente da notificação.



**REGIMENTO INTERNO DO TRT 15**  
**Eduardo Galante**

23. Nos termos do Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, aponte a alternativa correta.
- (A) Integram a Administração do Tribunal em sentido amplo os cargos de Diretor da Escola Judicial, de Vice-Diretor da Escola Judicial, de Ouvidor Regional, de Vice-Ouvidor Regional, de Corregedor Regional e Vice-Corregedor Regional.
  - (B) As Varas do Trabalho têm sede e jurisdição fixadas em Resolução e estão administrativamente subordinadas ao Pleno do Tribunal.
  - (C) O Tribunal Regional do Trabalho da 15.ª Região tem o tratamento de “Excelsior” e seus(suas) Desembargadores(as) do Trabalho o de “Eminente”.
  - (D) Nas sessões, o(a) Presidente sentar-se-á na cadeira superior no centro da mesa principal; à sua direita, sentar-se-á o(a) representante do Ministério Público do Trabalho e da Advocacia Trabalhista, à sua esquerda, o(a) Secretário(a)-Geral Judiciário(a).
  - (E) Compõem a Justiça do Trabalho da 15.ª Região: I - o Tribunal Regional do Trabalho; II - os(as) Desembargadores(as); III - os(as) Juízes(as) do Trabalho.
24. Em conformidade com o Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, marque a alternativa correta.
- (A) Os (As) Desembargadores(as) interessados(as) em concorrer à eleição deverão apresentar sua inscrição ao(à) Pleno do Tribunal, no prazo de até 60 (sessenta) dias antes do dia da eleição, apontando, de forma sucessiva, todos os cargos aos quais concorrerão.
  - (B) Para os cargos de direção, será considerado(a) eleito(a) o(a) candidato(a) que obtiver maioria simples dos votos.
  - (C) Para a instalação da sessão de eleição, será necessário o quórum de maioria absoluta.
  - (D) O (a) Desembargador(a) que tiver exercido quaisquer dos cargos de direção pelo período de 4 (quatro) anos, consecutivos ou não, ou o de Presidente não poderá concorrer à eleição, salvo se não houver membros elegíveis a serem votados.
  - (E) Não poderão ter assento na mesma Seção Especializada, ou Câmara do Tribunal, cônjuges, companheiros(as), parentes consanguíneos ou afins em linha reta, bem como em linha colateral, até o segundo grau, salvo nos casos previstos em lei.
25. Em relação ao Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, assinale a alternativa correta.
- (A) Cada gabinete envolvido na transmissão dos cargos da Administração designará um(a) Técnico Judiciário Administrativo para receber, da direção em exercício, em até 15 (quinze) dias após a eleição, informações e relatório circunstanciado.
  - (B) As permutas de Desembargadores(as) entre Câmaras independem de aprovação e deverão ser comunicadas em petição conjunta ao(à) Presidente do Tribunal, com a ciência prévia aos(às) Presidentes das respectivas Câmaras e Turmas.
  - (C) Instalada uma nova Câmara, abrir-se-á prazo de 30 (trinta) dias para pedido de remoção, respeitada a preferência por merecimento.
  - (D) O Tribunal Pleno é constituído pelos 25 dos(as) Desembargadores(as) mais antigos do Tribunal.
  - (E) Fica estabelecido, como transição, o período de 90 (noventa) dias que antecede a data da posse dos(as) Desembargadores(as) eleitos(as) para os cargos da Administração e de direção.
26. No que se refere ao Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, indique a alternativa correta.
- (A) Se o Desembargador não comparecer à sessão do Tribunal Pleno, sem justificativa, por 3 (três) vezes consecutivas, é deste órgão a competência para apreciar a falta.
  - (B) O Órgão Especial é composto pelo(a) Presidente do Tribunal, além de 16 (dezesseis) Desembargadores(as) mais antigos(as) e de 16 (dezesseis) Desembargadores(as) eleitos(as) na forma desse Regimento, facultada a renúncia até o encerramento da eleição.
  - (C) As decisões do Tribunal Pleno serão tomadas por maioria absoluta, exceto quando a Lei dispuser de forma diversa.
  - (D) Para a instalação e funcionamento do Órgão Especial, exigir-se-á o quórum de maioria absoluta; e as deliberações serão tomadas pela maioria qualificada, exceto quando este Regimento Interno dispuser de forma diversa.
  - (E) Para a instalação e funcionamento do Tribunal Pleno, exigir-se-á o quórum de maioria absoluta, observadas as exceções previstas em Lei.

**NOÇÕES DE INFORMÁTICA****Fabício Melo**

27. No Windows 11 é uma ferramenta integrada no sistema operacional que permite analisar e otimizar unidades de armazenamento, como discos rígidos (HDDs), para melhorar o desempenho do sistema. Essa ferramenta é conhecida como:
- (A) Restauração do sistema.
  - (B) Verificação de erros.
  - (C) Desfragmentador de disco.
  - (D) Limpeza de disco.
  - (E) Painel de Controle.
28. É uma rede de computadores projetada para cobrir uma área geográfica que se estende por uma cidade ou município, é conhecida como:
- (A) PAN
  - (B) LAN
  - (C) MAN
  - (D) WAN
  - (E) CAN
29. No Google Agenda, na criação de um novo evento, é possível:
- (A) Adicionar uma reunião do Teams.
  - (B) Adicionar uma videoconferência do Google Meet.
  - (C) Adicionar um anexo do OneDrive.
  - (D) Adicionar uma rota do Waze.
  - (E) Adicionar um anexo diretamente do Gmail.
30. Em sistemas antivírus é uma técnica de detecção que analisa o comportamento ou características de um arquivo ou programa para identificar possíveis ameaças, mesmo que essas ameaças ainda não estejam catalogadas na base de dados de assinaturas do antivírus.
- (A) Honey Pot
  - (B) Quarentena
  - (C) IDS
  - (D) Heurística
  - (E) Filtro de pacotes

**NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL****Ricardo Blanco**

31. Assinale a opção incorreta em relação ao processo legislativo.
- (A) O projeto de lei aprovado por uma Casa será revisto pela outra, em um só turno de discussão e votação, e enviado à sanção ou promulgação, se a Casa revisora o aprovar, ou arquivado, se o rejeitar.
  - (B) Sendo o projeto emendado, voltará à Casa iniciadora.
  - (C) A Casa na qual tenha sido concluída a votação enviará o projeto de lei ao Presidente da República, que, aquiescendo, o sancionará.
  - (D) Se o Presidente da República considerar o projeto, no todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, no prazo de dez dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará, dentro de quarenta e oito horas, ao Presidente do Senado Federal os motivos do veto.
  - (E) O veto parcial somente abrangerá texto integral de artigo, de parágrafo, de inciso ou de alínea.
32. O controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União ao qual compete, exceto:
- (A) Apreciar as contas prestadas anualmente pelo Presidente da República, mediante parecer prévio que deverá ser elaborado em sessenta dias a contar de seu recebimento.
  - (B) Julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da administração direta e indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público federal, e as contas daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário público.
  - (C) Apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal, a qualquer título, na administração direta e indireta, incluídas as fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, inclusive as nomeações para cargo de provimento em comissão, bem como a das concessões de aposentadorias, reformas e pensões, ressalvadas as melhorias posteriores que não alterem o fundamento legal do ato concessório.
  - (D) Realizar, por iniciativa própria, da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, de Comissão técnica ou de inquérito, inspeções e auditorias de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, nas unidades administrativas dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, e demais entidades referidas no inciso II.
  - (E) Fiscalizar as contas nacionais das empresas supranacionais de cujo capital social a União participe, de forma direta ou indireta, nos termos do tratado constitutivo;
33. Assinale a opção incorreta em relação ao poder executivo.
- (A) O Presidente e o Vice-Presidente da República tomarão posse em sessão da Câmara Federal, prestando o compromisso de manter, defender e cumprir a Constituição, observar as leis, promover o bem geral do povo brasileiro, sustentar a união, a integridade e a independência do Brasil.
  - (B) Substituirá o Presidente, no caso de impedimento, e suceder-lhe-á, no de vaga, o Vice-Presidente.
  - (C) Em caso de impedimento do Presidente e do Vice-Presidente, ou vacância dos respectivos cargos, serão sucessivamente chamados ao exercício da Presidência o Presidente da Câmara dos Deputados, o do Senado Federal e o do Supremo Tribunal Federal.
  - (D) O mandato do Presidente da República é de 4 (quatro) anos e terá início em 5 de janeiro do ano seguinte ao de sua eleição.
  - (E) O Presidente e o Vice-Presidente da República não poderão, sem licença do Congresso Nacional, ausentar-se do País por período superior a quinze dias, sob pena de perda do cargo.
34. São crimes de responsabilidade os atos do Presidente da República que atentem contra a Constituição Federal e, especialmente, contra:
- (A) A existência da Estado.
  - (B) O livre exercício do Poder Legislativo, do Poder Judiciário, do Ministério Público e dos Poderes constitucionais das unidades da Federação.
  - (C) O exercício dos direitos políticos e individuais, apenas.
  - (D) A segurança externa do País.
  - (E) O cumprimento das leis, exceto as decisões judiciais.
35. Compete privativamente à União legislar sobre, exceto:
- (A) Direito civil, comercial, penal, processual, eleitoral, agrário, marítimo, aeronáutico, espacial e do trabalho.
  - (B) Comércio exterior e interestadual.
  - (C) Regime dos portos, navegação lacustre, fluvial, marítima, aérea e aeroespacial.
  - (D) Trânsito e transporte.
  - (E) Orçamento.

**NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO****Rafael de Oliveira**

36. Sobre a intervenção do Estado na propriedade, assinale a alternativa correta:
- (A) A requisição administrativa confere ao Estado a propriedade definitiva do bem requisitado.
  - (B) A desapropriação por interesse social sempre envolve indenização prévia, justa e em dinheiro.
  - (C) A servidão administrativa limita o uso da propriedade privada sem transferir sua titularidade ao Estado.
  - (D) O tombamento é modalidade de intervenção estatal que resulta na transferência da propriedade do bem ao poder público.
  - (E) A ocupação temporária depende, obrigatoriamente, de autorização judicial prévia.
37. Assinale a alternativa correta sobre a desapropriação:
- (A) A desapropriação para reforma agrária é sempre indenizada em dinheiro.
  - (B) A desapropriação por utilidade pública pode ser declarada pelo poder público ou por concessionárias de serviço público.
  - (C) O prazo para caducidade do decreto expropriatório é de cinco anos, prorrogáveis por igual período.
  - (D) Os bens de uso comum do povo podem ser desapropriados pelo Estado em caso de necessidade administrativa.
  - (E) A indenização na desapropriação não pode incluir lucros cessantes.
38. Sobre as formas de atuação do Estado no domínio econômico, é correto afirmar que:
- (A) O Estado somente pode atuar como agente regulador da atividade econômica, sendo vedada a atuação direta.
  - (B) A exploração direta de atividade econômica pelo Estado deve atender a imperativos de segurança nacional ou relevante interesse coletivo.
  - (C) O poder público pode intervir no domínio econômico apenas mediante autorização legislativa específica para cada caso.
  - (D) A atuação direta do Estado na economia é irrestrita em relação ao objeto e à finalidade.
  - (E) O princípio da subsidiariedade não se aplica à atuação direta do Estado no domínio econômico.
39. O controle da Administração Pública pode ser exercido por diferentes órgãos e poderes. Nesse contexto, assinale a alternativa incorreta:
- (A) O controle administrativo é realizado pela própria Administração Pública, podendo ser provocado por meio de recursos hierárquicos.
  - (B) O controle legislativo é realizado exclusivamente sobre os atos normativos editados pelo Poder Executivo.
  - (C) O controle judicial limita-se a examinar a legalidade dos atos administrativos, salvo em casos de violação a direitos fundamentais.
  - (D) A fiscalização contábil, financeira e orçamentária da Administração Pública é exercida pelo Poder Legislativo, com auxílio dos Tribunais de Contas.
  - (E) O controle interno é um dever de cada órgão ou entidade administrativa.
40. Com relação aos bens públicos, é correto afirmar que:
- (A) Os bens de uso especial podem ser alienados livremente, desde que atendam aos requisitos legais.
  - (B) Os bens de uso comum do povo perdem sua característica pública quando são utilizados para exploração econômica.
  - (C) Os bens dominicais são aqueles destinados à execução de serviços públicos.
  - (D) Os bens públicos são imprescritíveis, mas podem ser objeto de usucapião em casos excepcionais.
  - (E) A desafetação de bens públicos pode ocorrer por ato administrativo ou por lei, conforme o caso.

**NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA****Wesley Rodrigues**

41. Nas organizações formais modernas, a departamentalização é uma técnica que auxilia na estruturação eficiente de suas atividades. No caso da departamentalização por processos, é correto afirmar que:
- (A) Agrupa atividades com base na localização geográfica das operações, facilitando a atuação em diferentes regiões.
  - (B) Está diretamente associada à especialização funcional, priorizando tarefas administrativas e operacionais.
  - (C) É utilizada para organizar as atividades de acordo com as etapas ou fases de trabalho necessárias à produção ou prestação de serviços.
  - (D) Divide a organização com foco na gestão de produtos e serviços distintos, atendendo a múltiplos mercados.
  - (E) Envolve a criação de unidades autônomas, cada uma responsável por atender a um cliente específico.
42. Uma das principais distinções entre a gestão pública e a gestão privada é:
- (A) A gestão pública é mais focada no retorno sobre investimento (ROI) e na competitividade do mercado.
  - (B) A gestão privada possui maior flexibilidade decisória, enquanto a gestão pública está limitada por regulamentações legais e obrigações de prestação de contas à sociedade.
  - (C) O controle na gestão privada é mais rigoroso, considerando sua dependência de métricas financeiras.
  - (D) O foco principal da gestão pública é atender exclusivamente demandas operacionais internas.
  - (E) A gestão privada é estruturada exclusivamente em função do mercado consumidor, desconsiderando aspectos éticos e ambientais.
43. No contexto da Gestão da Qualidade aplicada aos serviços públicos, um programa de excelência deve:
- (A) Basear-se exclusivamente em indicadores financeiros, como redução de custos operacionais.
  - (B) Focar no cumprimento rigoroso das normas burocráticas, independentemente da percepção do cidadão.
  - (C) Estabelecer padrões de eficiência e eficácia com base na satisfação do usuário e na otimização dos recursos públicos.
  - (D) Priorizar a redução do tempo de atendimento, mesmo que implique queda na qualidade do serviço prestado.
  - (E) Restringir as melhorias a processos internos, sem envolver a interação com o público externo.
44. No planejamento estratégico, a definição de missão, visão e valores da organização é um passo essencial porque:
- (A) Determina as métricas de desempenho financeiro de curto prazo.
  - (B) Substitui a necessidade de análise dos ambientes interno e externo da organização.
  - (C) Define os objetivos estratégicos de longo prazo, orientando decisões e fortalecendo a identidade organizacional.
  - (D) Centraliza as ações da organização exclusivamente em torno das demandas dos seus gestores.
  - (E) Elimina a necessidade de revisões periódicas no planejamento tático e operacional.
45. Sobre o Balanço Orçamentário, é correto afirmar que:
- (A) O superávit financeiro de exercícios anteriores é registrado como receita orçamentária no exercício de referência, influenciando diretamente o resultado orçamentário.
  - (B) O Balanço Orçamentário demonstra as receitas detalhadas por categoria econômica, sem incluir a previsão inicial ou o saldo de arrecadação.
  - (C) O desequilíbrio entre a previsão atualizada da receita e a dotação atualizada ocorre exclusivamente em função da abertura de créditos extraordinários.
  - (D) A utilização do superávit financeiro de exercícios anteriores para abertura de créditos adicionais não é considerada como parte da receita do exercício de referência, mas pode gerar desequilíbrio entre receita prevista e despesa fixada.
  - (E) A reabertura de créditos adicionais somente ocorre no início do exercício financeiro, não impactando o saldo de exercícios anteriores demonstrado no Balanço Orçamentário.

**NOÇÕES DE GESTÃO DE PESSOAS****Bruno Eduardo**

46. Uma organização pública enfrenta alta rotatividade de pessoal, comprometendo a execução de suas políticas e a continuidade dos serviços prestados. Como parte de sua estratégia de melhoria, foi proposto o desenvolvimento de uma política de Gestão Estratégica de Pessoas que valorize a motivação e a retenção de talentos. Considerando essa situação hipotética, avalie as alternativas abaixo e assinale a que melhor descreve uma prática alinhada à Gestão Estratégica de Pessoas para atingir esse objetivo.
- (A) Desenvolver um plano de cargos e salários focado exclusivamente no aumento das remunerações.
  - (B) Criar indicadores de desempenho que considerem apenas os resultados institucionais, ignorando os individuais.
  - (C) Implementar programas de qualidade de vida no trabalho e capacitação contínua para os servidores.
  - (D) Priorizar contratações externas, evitando a valorização de talentos internos, para reduzir custos de desenvolvimento.
  - (E) Centralizar todas as decisões estratégicas no órgão superior, reduzindo a autonomia das unidades descentralizadas.
47. Uma empresa privada busca implementar um programa de Educação Corporativa para desenvolver competências alinhadas às suas estratégias organizacionais. Nesse contexto, assinale a prática que melhor reflete o conceito de Educação Corporativa:
- (A) Oferecer cursos técnicos genéricos, sem relação direta com os objetivos organizacionais.
  - (B) Desenvolver trilhas de aprendizagem personalizadas, integrando treinamentos presenciais e a distância.
  - (C) Adotar somente treinamentos formais, excluindo a aprendizagem informal no ambiente de trabalho.
  - (D) Centralizar o treinamento apenas no nível operacional, excluindo gestores e lideranças.
  - (E) Avaliar a eficácia dos treinamentos somente com base na quantidade de participantes e cursos oferecidos.
48. Uma organização pública deseja avaliar sua gestão de desempenho para identificar pontos de melhoria nos processos e serviços oferecidos. Assinale a alternativa que melhor reflete uma prática adequada à avaliação de desempenho no setor público:
- (A) Implementar avaliações 360 graus, considerando feedback de gestores, pares e cidadãos usuários dos serviços.
  - (B) Utilizar apenas critérios financeiros para medir a eficiência dos serviços públicos.
  - (C) Avaliar o desempenho dos servidores exclusivamente com base no cumprimento de metas individuais.
  - (D) Priorizar a avaliação de desempenho apenas de servidores em cargos de chefia, desconsiderando os demais.
  - (E) Realizar a avaliação de desempenho de forma genérica, sem critérios objetivos e definidos.
49. Uma empresa enfrenta desafios com conflitos frequentes entre equipes, o que afeta sua produtividade. Assinale a prática abaixo que seria mais eficaz para a gestão de conflitos organizacionais:
- (A) Ignorar os conflitos, assumindo que eles se resolverão naturalmente.
  - (B) Punir as partes envolvidas como forma de coibir novos conflitos.
  - (C) Delegar a resolução dos conflitos exclusivamente à alta gestão, sem envolver as equipes diretamente.
  - (D) Adotar uma abordagem colaborativa, incentivando as partes a dialogarem e buscarem soluções mutuamente benéficas.
  - (E) Resolver os conflitos de forma centralizada, sem considerar as necessidades específicas das partes envolvidas.
50. Uma organização deseja utilizar indicadores de desempenho para avaliar e melhorar seus processos. Assinale a alternativa que melhor representa um indicador bem estruturado:
- (A) Medir apenas a quantidade de produtos finalizados, desconsiderando sua qualidade.
  - (B) Focar exclusivamente em indicadores históricos, sem considerar projeções futuras.
  - (C) Priorizar indicadores genéricos, sem relação direta com os processos avaliados.
  - (D) Evitar o uso de indicadores para reduzir os custos de coleta e análise de dados.
  - (E) Utilizar indicadores baseados em dados mensuráveis, alinhados aos objetivos estratégicos da organização.

**NOÇÕES DE DIREITO DO TRABALHO****Maria Rafaela**

51. Sobre as relações de emprego regidas pela CLT e considerando o alcance da responsabilização do grupo econômico e das espécies de responsabilização subsidiária e solidária previstas na CLT e no entendimento sumulado do TST sobre a temática, assinale a alternativa INCORRETA:
- (A) O inadimplemento das obrigações decorrentes do contrato de trabalho terceirizado, por parte do empregador, acarreta a responsabilidade subsidiária do tomador dos serviços quanto àquelas obrigações.
  - (B) A contratação de trabalhadores por empresa interposta é ilegal, formando-se o vínculo diretamente com o tomador dos serviços, salvo no caso de trabalho temporário.
  - (C) Nos contratos individuais de trabalho só é lícita a alteração das respectivas condições por mútuo consentimento, independentemente se resultem, direta ou indiretamente, prejuízos ao empregado, sob pena de nulidade da cláusula infringente desta garantia.
  - (D) Não caracteriza grupo econômico a mera identidade de sócios, sendo necessárias, para a configuração do grupo, a demonstração do interesse integrado, a efetiva comunhão de interesses e a atuação conjunta das empresas dele integrantes.
  - (E) Não haverá distinções relativas à espécie de emprego e à condição de trabalhador, nem entre o trabalho intelectual, técnico e manual.
52. Luíz Mariano e Rafaela são casados e possuem um filho de 16 anos, Leon, que é menor aprendiz da empresa em que todos trabalham. A família, em pesquisas a site de viagem, quer organizar férias em conjunto no mês de julho de 2025 para Buenos Aires, informando ao empregador o interesse das férias de todos no período de 30 dias em julho para aproveitar a oferta da companhia aérea. O empregador, recebendo a notícia, explicou não ser possível a concessão de férias a todos os três membros da família, pois todos trabalham no mesmo setor da empresa, sem substitutos e, assim, o setor não poderia ficar desativado durante o mês de julho, até porque é um mês em que a produtividade da empresa está em alta. Nesse caso, é correto aduzir nos termos da CLT:
- (A) A época da concessão das férias será a que melhor consulte os interesses do empregado e, assim, o empregador deve aceitar o pedido dos empregados familiares obrigatoriamente.
  - (B) Os membros de uma família, que trabalharem no mesmo estabelecimento ou empresa, terão direito a gozar férias no mesmo período, se assim o desejarem e se disto não resultar prejuízo para o serviço. Logo, o empregador pode impedir a concessão de todos os familiares ou de alguns deles no mês de julho.
  - (C) Os membros de uma família, que trabalharem no mesmo estabelecimento ou empresa, terão direito a gozar férias no mesmo período, se assim o desejarem, sem condicionamentos pelo empregador. Logo, o empregador deve conceder o período de férias a todos os familiares no mês de julho.
  - (D) O empregado estudante, menor de 16 anos, terá direito a fazer coincidir suas férias com as férias escolares e não se contempla, assim, a situação de LEON no mês de julho.
  - (E) As férias serão concedidas por ato do empregador, em um só período, nos 12 (doze) meses subsequentes à data em que o empregado tiver adquirido o direito, não tendo o menor aprendiz direito a férias.
53. Em relação às fontes do direito do trabalho e aos princípios que regem as relações trabalhistas, considerando, inclusive, a disposição nas súmulas do TST, é incorreto assinalar:
- (A) Por ser um documento público, as anotações da CTPS possuem presunção absoluta de veracidade do que consta.
  - (B) As autoridades administrativas e a Justiça do Trabalho, na falta de disposições legais ou contratuais, decidirão, conforme o caso, pela jurisprudência, por analogia, por equidade e outros princípios e normas gerais de direito, principalmente do direito do trabalho, e, ainda, de acordo com os usos e costumes, o direito comparado, mas sempre de maneira que nenhum interesse de classe ou particular prevaleça sobre o interesse público.
  - (C) A doutrina não se inclui como fonte de direito do trabalho, de acordo com a CLT.
  - (D) O ônus de provar o término do contrato de trabalho, quando negados a prestação de serviço e o despedimento, é do empregador, pois o princípio da continuidade da relação de emprego constitui presunção favorável ao empregado.
  - (E) Súmulas e outros enunciados de jurisprudência editados pelo Tribunal Superior do Trabalho e pelos Tribunais Regionais do Trabalho não poderão restringir direitos legalmente previstos nem criar obrigações que não estejam previstas em lei.

54. Em relação aos sócios e o instituto da prescrição que foram assuntos abordados pela Reforma Trabalhista, assinale a alternativa CORRETA:
- (A) A Reforma Trabalhista não traz previsão da prescrição intercorrente, seguindo a linha de entendimento do TST.
  - (B) Os sócios retirantes não possuem responsabilidade principal ou subsidiária em processos trabalhistas.
  - (C) A pretensão quanto a créditos resultantes das relações de trabalho prescreve em três anos para os trabalhadores urbanos e rurais após a extinção do contrato de trabalho.
  - (D) A interrupção da prescrição somente ocorrerá pelo ajuizamento de reclamação trabalhista, somente em juízo competente, ainda que venha a ser extinta sem resolução do mérito, produzindo efeitos apenas em relação aos pedidos idênticos.
  - (E) Tratando-se de pretensão que envolva pedido de prestações sucessivas decorrente de alteração ou descumprimento do pactuado, a prescrição é total, exceto quando o direito à parcela esteja também assegurado por preceito de lei.
55. A duração normal do trabalho, para os empregados em qualquer atividade privada, não excederá de 8 (oito) horas diárias, desde que não seja fixado expressamente outro limite. Assinale a alternativa INCORRETA sobre horas extras, banco de horas, compensação de jornada e intervalo intrajornada e interjornada:
- (A) Entre 2 (duas) jornadas de trabalho haverá um período mínimo de 11 (onze) horas consecutivas para descanso.
  - (B) Será assegurado a todo empregado um descanso semanal de 24 (vinte e quatro) horas consecutivas, o qual, salvo motivo de conveniência pública ou necessidade imperiosa do serviço, deverá coincidir com o domingo, no todo ou em parte.
  - (C) A prestação de horas extras habituais não descaracteriza o acordo de compensação de jornada e o banco de horas.
  - (D) O não atendimento das exigências legais para compensação de jornada, inclusive quando estabelecida mediante acordo tácito, implica a repetição do pagamento das horas excedentes à jornada normal diária se não ultrapassada a duração máxima semanal.
  - (E) Para os estabelecimentos com mais de 20 (vinte) trabalhadores será obrigatória a anotação da hora de entrada e de saída, em registro manual, mecânico ou eletrônico, conforme instruções expedidas pela Secretaria Especial de Previdência e Trabalho, permitida a pré-assinalação do período de repouso.



**NOÇÕES DE DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO****Maria Rafaela**

56. Na CLT, quanto aos atos, termos e prazos processuais, é correto aduzir:
- (A) Não há previsão na CLT para reclamações verbais.
  - (B) Os atos processuais serão públicos salvo quando o contrário determinar o interesse social, e realizar-se-ão nos dias úteis das 6 (seis) às 20 (vinte) horas.
  - (C) As partes, ou seus procuradores, poderão consultar, com ampla liberdade, os processos nos cartórios ou secretarias.
  - (D) Interrompe-se o curso do prazo processual nos dias compreendidos entre 20 de dezembro e 20 de janeiro, inclusive.
  - (E) Nos casos omissos, o direito processual comum será fonte subsidiária do direito processual do trabalho em todas as hipóteses processuais pela natural compatibilidade das regras processuais.
57. Sobre as custas processuais previstas na CLT, assinale o incorreto sobre o tema, conforme expressa previsão legal:
- (A) Nos dissídios individuais e nos dissídios coletivos do trabalho, nas ações e procedimentos de competência da Justiça do Trabalho, bem como nas demandas propostas perante a Justiça Estadual, no exercício da jurisdição trabalhista, as custas relativas ao processo de conhecimento incidirão à base de 2% (dois por cento), observado o mínimo de R\$ 10,64 (dez reais e sessenta e quatro centavos) e o máximo de quatro vezes o limite máximo dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social.
  - (B) As custas serão pagas pelo vencido, após o trânsito em julgado da decisão.
  - (C) No caso de recurso, as custas serão pagas e comprovado o recolhimento dentro do prazo recursal.
  - (D) Sempre que houver acordo, o pagamento das custas caberá em partes iguais aos litigantes.
  - (E) No processo de execução são devidas custas, sempre de responsabilidade do executado e pagas ao final.
58. Sobre a gratuidade judicial, assinale a alternativa INCORRETA, conforme o exato teor da CLT que versa sobre o tema, principalmente, após a Reforma Trabalhista:
- (A) Tratando-se de empregado que não tenha obtido o benefício da justiça gratuita, ou isenção de custas, o sindicato que houver intervindo no processo responderá solidariamente pelo pagamento das custas devidas.
  - (B) São isentos do pagamento de custas, além dos beneficiários de justiça gratuita a União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e respectivas autarquias e fundações públicas federais, estaduais ou municipais que não explorem atividade econômica.
  - (C) A isenção prevista na CLT não alcança as entidades fiscalizadoras do exercício profissional, nem exime as pessoas jurídicas referidas no inciso I da obrigação de reembolsar as despesas judiciais realizadas pela parte vencedora.
  - (D) É facultado aos juízes, órgãos julgadores e presidentes dos tribunais do trabalho de qualquer instância conceder, a requerimento ou de ofício, o benefício da justiça gratuita, inclusive quanto a traslados e instrumentos, àqueles que perceberem salário igual ou inferior a 40% (quarenta por cento) do limite máximo dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social.
  - (E) O juízo poderá exigir, excepcionalmente, o adiantamento de valores para realização de perícias.
59. Sobre partes, procuradores, litigância de má-fé no Processo do Trabalho e provas, no âmbito do processo do trabalho, tem-se como INCORRETO:
- (A) É suspeita a testemunha o simples fato de litigar ou de ter litigado contra o mesmo empregador.
  - (B) A presunção de veracidade da jornada de trabalho, ainda que prevista em instrumento normativo, pode ser elidida por prova em contrário.
  - (C) Os cartões de ponto que demonstram horários de entrada e saída uniformes são inválidos como meio de prova, invertendo-se o ônus da prova, relativo às horas extras, que passa a ser do empregador, prevalecendo a jornada da inicial se dele não se desincumbir.
  - (D) Ao advogado, ainda que atue em causa própria, serão devidos honorários de sucumbência, fixados entre o mínimo de 5% (cinco por cento) e o máximo de 15% (quinze por cento) sobre o valor que resultar da liquidação da sentença, do proveito econômico obtido ou, não sendo possível mensurá-lo, sobre o valor atualizado da causa.
  - (E) Os honorários são devidos também nas ações contra a Fazenda Pública e nas ações em que a parte estiver assistida ou substituída pelo sindicato de sua categoria.

60. Sobre honorários advocatícios, periciais e provas, compreende-se como CORRETO, no que foi regulamentado na CLT, após a Reforma Trabalhista:
- (A) Cada uma das partes não poderá indicar mais de três testemunhas em qualquer rito processual.
  - (B) De ofício ou a requerimento, o juízo condenará o litigante de má-fé a pagar multa, que deverá ser superior a 1% (um por cento) e inferior a 10% (dez por cento) do valor corrigido da causa, a indenizar a parte contrária pelos prejuízos que esta sofreu e a arcar com os honorários advocatícios e com todas as despesas que efetuou.
  - (C) São vedados honorários de sucumbência na reconvenção.
  - (D) Ao advogado, salvo se atuar em causa própria, serão devidos honorários de sucumbência, fixados entre o mínimo de 5% (cinco por cento) sobre o valor da condenação bruta.
  - (E) A testemunha que for parente até o quarto grau civil, amigo íntimo ou inimigo de qualquer das partes, não prestará compromisso, e seu depoimento valerá como simples informação.

**DISCURSIVA**  
**Letícia Bastos****TEXTO I**

"A alegria, muitas vezes, é subestimada como força motriz na superação de adversidades. Mais do que um estado de espírito, ela constitui um elemento fundamental para a resiliência humana, sendo capaz de fortalecer vínculos, inspirar atitudes positivas e promover o bem-estar coletivo. Reconhecer a alegria como valor social é um passo importante para a construção de uma sociedade mais solidária e justa." (FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987)

**TEXTO II**

"A verdadeira alegria não é a ausência de problemas, mas a capacidade de lidar com eles com serenidade e propósito. Em tempos de crise, a alegria pode ser uma forma de resistência, um alicerce emocional que nos conecta à essência de nossa humanidade." (BAUMAN, Zygmunt. Vida Líquida. Rio de Janeiro: Zahar, 2007)

Sendo os textos acima unicamente motivadores, redija um texto dissertativo-argumentativo acerca do tema:

**A IMPORTÂNCIA DA ALEGRIA COMO ELEMENTO DE RESILIÊNCIA E CONSTRUÇÃO DE UMA SOCIEDADE MAIS HUMANA**

**RASCUNHO**

|    |  |
|----|--|
| 1  |  |
| 2  |  |
| 3  |  |
| 4  |  |
| 5  |  |
| 6  |  |
| 7  |  |
| 8  |  |
| 9  |  |
| 10 |  |
| 11 |  |
| 12 |  |
| 13 |  |
| 14 |  |
| 15 |  |
| 16 |  |
| 17 |  |
| 18 |  |
| 19 |  |
| 20 |  |
| 21 |  |
| 22 |  |
| 23 |  |
| 24 |  |
| 25 |  |
| 26 |  |
| 27 |  |
| 28 |  |
| 29 |  |
| 30 |  |



**Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região**  
**Técnico Judiciário – Área Administrativa (Pós-Edital)**

**Folha de Respostas**

|                                       |                                                                   |
|---------------------------------------|-------------------------------------------------------------------|
| <b>Número do Caderno</b><br>000000000 | <b>Cargo ou Opção</b><br>Técnico Judiciário – Área Administrativa |
|---------------------------------------|-------------------------------------------------------------------|

**Objetiva Seletiva**

|       |       |       |       |       |       |
|-------|-------|-------|-------|-------|-------|
| 001 - | 011 - | 021 - | 031 - | 041 - | 051 - |
| 002 - | 012 - | 022 - | 032 - | 042 - | 052 - |
| 003 - | 013 - | 023 - | 033 - | 043 - | 053 - |
| 004 - | 014 - | 024 - | 034 - | 044 - | 054 - |
| 005 - | 015 - | 025 - | 035 - | 045 - | 055 - |
| 006 - | 016 - | 026 - | 036 - | 046 - | 056 - |
| 007 - | 017 - | 027 - | 037 - | 047 - | 057 - |
| 008 - | 018 - | 028 - | 038 - | 048 - | 058 - |
| 009 - | 019 - | 029 - | 039 - | 049 - | 059 - |
| 010 - | 020 - | 030 - | 040 - | 050 - | 060 - |

# REDAÇÃO SOB MEDIDA

Não é qualquer texto.  
É o texto que vai fazer você  
ser aprovado.

O Projeto Redação Sob Medida é o seu caminho para tirar nota máxima na prova discursiva. Aprenda a escrever do jeito certo, saiba como cada banca avalia as provas discursivas. **Escreva, reescreva, corrija e conquiste a sua vaga.**

## ASSINATURA ILIMITADA X



### ESCRITA PARA PROVA

Entenda que os requisitos para uma prova de concurso público e os métodos de correção são diferentes do habitual. Descubra o que cada banca cobra e não caia mais em armadilhas da escrita.



### SIMULADOS DISCURSIVOS

Com temas de atualidades exclusivos para cada concurso, você terá acesso a um simulado online, orientado pelo professor e com correção.



### JORNAL TEMÁTICO

O Jornal Temático é um periódico com dicas, de temas atuais para a prática de redações. Os tópicos mais solicitados pelas bancas são abordados para que você não seja pego de surpresa na hora da prova.



### ACOMPANHE SEU DESENVOLVIMENTO

Tenha acesso a um portfólio individual, com seus textos, correções e gráficos de evolução. Com o acompanhamento de um professor, você consegue ver erros e acertos e monitorar as melhorias nas suas redações.



### GRAN MESTRES EXCLUSIVOS

Os professores Diogo Alves e Elias Santana são os mestres responsáveis pelo projeto. Especialistas na Língua Portuguesa e em Redação Discursiva, acompanham de perto a evolução dos alunos com dicas, conselhos e técnicas.



### TUDO NA SUA MÃO

Só a Assinatura Ilimitada oferece, de forma livre e gratuita: Gran Questões, Gerenciador de Estudos, Audiobooks e muito mais!

#### Contato para vendas:

 (61) 99884-6348 | De segunda a quinta até as 22h e sexta até as 21h.



Quero passar na  
prova discursiva